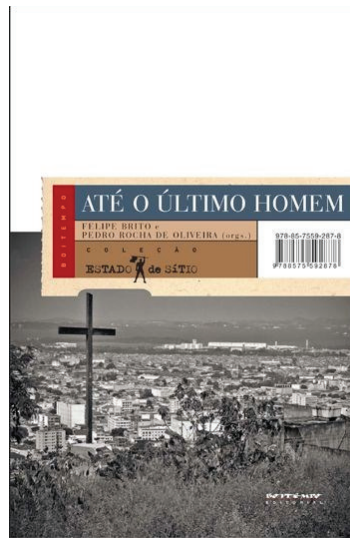


RELATOS DO “FRONT”: Uma abordagem crítica da militarização urbana carioca

Leandro Dias de Oliveira¹



Resenha de *Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social*, de Felipe Brito e Pedro Rocha de Oliveira (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2013. *Coleção Estado de Sítio*.

Aproveitando-se da frase infeliz – e por isso mesmo, reveladora – de Roberto Precioso Jr., ex-secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro no final do governo de Rosinha Garotinho, que prometeu cumprir a sua “*missão constitucional até o último homem*”, a obra que agora resenhamos se permite utilizar o famoso título romance de Jeff Shaara², que trata do horror da Primeira Grande Guerra, onde a brutal violência ampliou para sempre o conceito de *guerra*. O horror e a destruição dos grandes conflitos mundiais quebraram os limites interpretativos da brutalidade humana. Roberto Precioso talvez não imaginasse, mas sua promessa, eivada de sentimentos em prol do combate armado à violência urbana, revelou que a luta pela paz na cidade do Rio de

¹ Doutor em Geografia pela UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Professor Adjunto do Departamento de Geociências da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: ldiasufrj@gmail.com

² Shaara, Jeff. “*To the Last Man*”: *A Novel of the First World War*. New York [USA], Ballantine Books, 2004.

Janeiro pode ser ainda mais assustadora que até mesmo as ações criminais dos grupos organizados na urbe carioca.

Qualquer um que tenha acompanhado, com indignação ou repulsa, a operação militar no Complexo do Alemão (Zona Norte do Rio de Janeiro) no dia 28 de novembro de 2010, que reuniu policiais civis, militares – principalmente os vinculados ao BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar Fluminense) – e soldados das Forças Armadas do Brasil, com tanques de guerra e armamentos de grosso calibre, consegue perceber que a reconquista de territórios tão saudada pela grande mídia em narrativa fílmica é um simulacro de pacificação: não há, nos olhos dos agentes que deveriam defender o cidadão comum, qualquer resquício de paz. Armas, tanques, soldados, fugas desesperadas, choro, medo, sangue derramado: uma paisagem de pavor, que apenas alimenta o ódio, a desconfiança, os preconceitos.

A obra que agora resenhamos, intitulada *“Até o Último Homem: visões cariocas da administração armada da vida social”*, organizada por Felipe Brito e Pedro Rocha de Oliveira, é uma inserção nesta atmosfera cruel; os autores que assinam os sete capítulos do livro – enriquecido ainda pelo prefácio de Marildo Menegat, intitulado *“A crítica do valor bate à sua porta”* – têm um compromisso com a leitura crítica ao sistema político-econômico-social hegemônico, e compreendem a urbe contemporânea como produto, laboratório e simulacro do atual capitalismo, cujas contradições históricas se apresentam implacáveis e inadiáveis.

A crise urbana é, desde sua gênese, múltipla – política, ambiental, social, econômica, habitacional, de mobilidade – e realmente não parece ser facilmente solucionável. Ainda assim, vale ressaltar: não é conveniente duvidar da capacidade de reinvenção da cidade, pois através de processos combinados de reestruturações territorial-produtivas e renovações das ideologias e dos próprios movimentos de resistência, o processo societário de urbanização se revigora e reescreve sua própria história. Afinal, a *cidade* é a política, o ambiente, o homem; é física e abstrata, material e imaterial, técnica e ideologia. Mesmo em sua complexa forma contemporânea, a *cidade* não parece em fase de perecimento.

Logo, é plenamente admissível que o leitor não acredite que assistimos a ruína do capitalismo. Todavia, ao olhar para a cidade do Rio de Janeiro de forma tão meticulosa

como fazem os autores, somos convencidos que vivemos tempos de *barbárie*. Mas, vale frisar que, neste contexto, a *barbárie* não é anti-civilização, mas o seu corolário, cuja beligerância revela o desmoronamento próximo de um modelo societário já desmantelado. O Rio de Janeiro não seria somente um exemplo preciso da violência contemporânea que se desenvolve na cidade capitalista, mas o arquétipo sinistro da crise da nossa própria existência e da nossa capacidade de compreensão do mundo hodierno sob o signo do capital.

Isto porque vivemos um arremedo esquizofrênico de neoliberalismo / desenvolvimentismo, em que as parcerias público-privadas não coroam a celebrada incompetência do Estado, mas atestam a inabilidade do próprio capital. O individualismo rompe progressivamente com qualquer coletividade, uma vez que se é solitário até mesmo na miríade de intenções das manifestações que reuniram multidões nas mais diferentes cidades brasileiras em junho de 2013. A classe média – este estrato social meio canhestro que se pauta em certa diferenciação financeira e que edifica variadas fronteiras com os “menos remunerados” –, em boa parte, fundamenta o medo e o estranhamento para com o outro, e consome, com certa desfaçatez, a violência contida nos filmes, novelas, séries e outras expressões culturais. Por fim, a mídia elege os seus heróis, seus culpados, atacam seus inimigos políticos, norteiam as discussões cotidianas, sintetizando os fatos recentes, através de “especialistas”, “resenhistas” e “articulistas” que alimentam constantemente esta máquina de produzir fatos, notícias e leituras da realidade. Não é tão simples se libertar desta cadeia muito bem concatenada de alienação política.

Por meio de um esforço interpretativo, é possível indicar duas questões centrais presentes de “*Até o Último Homem*”, que são completamente entrelaçadas:

[i] *A violência reinante no controle social ultrapassou a simples banalização e tornou-se uma vigorosa bandeira ideológica, seja porque aprendemos a aplaudir a truculência das ações dos policiais mais homicidas, seja porque nos acostumamos com a coerção do Estado no modelo de democracia ocidental secularmente constituído, onde fingimos acreditar que somos livres.*

Neste sentido, Pedro Rocha de Oliveira (em *“Golpes de vista”* e *“Complexo dos Relatos”*) lembra que os homens-indivíduos, isolados entre si e competitivos, são radicais defensores de uma violência – oficial ou *oficiosa* – que deve ser usada como inseticida social para render *bandidos* em busca da paz (como se tais rendimentos não ocorressem por medo de morrer...). Este homem-indivíduo-atomizado contempla com entusiasmo qualquer *guerra*, aceita o hasteamento da bandeira da polícia civil ao lado da brasileira na *“Ocupação do Alemão”* e assiste filmes-carnificina com o mesmo ânimo que qualquer programa de auditório de péssima qualidade da televisão aberta.

A regulação armada da vida social se torna assim muito bem-vinda, pois, segundo Felipe Brito (em *“Considerações sobre a regulação armada de territórios cariocas”*), as já *conurbadas* favelas cariocas se tornaram o *“locus do mal”*, oferecendo à polícia total liberdade para agir com a máxima truculência. Neste sentido, as decantadas UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) não são braços do Estado, *mas sim o próprio Estado*, gestor do território, repressor dos lapsos de descontrole social e mediador das relações com o capital, criando lucrativos e estratégicos *“corredores da paz”* na cidade.

E as UPPs, *out-door* político-governamental do ex-governador do estado do Rio de Janeiro Sérgio Cabral Filho (2007-2014), surgiram para vencer a *guerra* contra o mal. Felipe Brito, André Villar e Javier Blank (em *“Será guerra?”*) apresentam dados que revelam um verdadeiro campo de batalha: o Brasil é, por exemplo, o sexto país com mais mortes violentas do mundo (mais de 50.000/ano!) e o Rio de Janeiro é onde mais policiais matam e morrem no mundo. Em um mundo militarizado, cuja nação hegemônica apresenta gastos infundáveis com armamentos, o Brasil está no *front* de uma *“guerra”* sem fronteiras em prol da democracia de modelo moderno-ocidental.

[ii] *O planejamento da cidade do Rio de Janeiro é uma verdadeira aula de geografia urbana do capitalismo contemporâneo.* A metrópole fluminense se qualifica cada vez mais como *“cidade-espetáculo”*, imbricada de estratégias de valorização do solo urbano a qualquer custo e foco na *mercadificação* da vida humana em todas as suas expressões,

o que imprime no cotidiano da cidade um moderno mal-estar – um vazio existencial – a respeito de nossa sobrevivência, presente e futura.

Maurilio Lima Botelho (em *“Crise urbana no Rio de Janeiro: favelização e empreendedorismo dos pobres”*) é direto: no tabuleiro de negócios da cidade do Rio de Janeiro, o *direito à cidade* agoniza. O empreendedorismo urbano é um mecanismo constante de exclusão que transformou o solo urbano carioca em principal mercadoria em circulação. Portos turistificados, vias duplicadas, túneis subterrâneos, condomínios-shoppings, tudo isso escamoteia a incompetência da gestão urbana do Estado, incapaz de resolver a questão da moradia. O empreendedorismo imobiliário nas favelas, que implicou no crescimento dos valores de venda e aluguel das casas mesmo irregulares (por vezes mais elevados que no próprio “asfalto”), aumentou o drama da habitação popular. A favela “desceu o morro” e ocupou as calçadas, fábricas abandonadas, lixões, colunas de viadutos etc. *Como controlar esta bomba-relógio social, em uma cidade onde morros favelizados estão incrustados na luxuosa orla marítima?*

O mesmo autor, junto a Marcos Barreira (em *“O Exército nas ruas: da Operação Rio à Ocupação do Complexo do Alemão. Notas para uma reconstituição da exceção urbana”*), apresenta uma resposta profícua: o trato militarizado das questões que são eminentemente sociais, por meio de “operações” e “ocupações-invasões”. A polícia – e por que não, os grupos paramilitares (ou simplesmente, os *milicianos*) – substituem paulatinamente a mediação social político-jurídica da cidade do Rio de Janeiro por estratégias de batalha e vocabulário de caserna. Há ainda aqueles que clamam pela presença do Exército Brasileiro nas ruas, lembrando que na Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92) as tropas armadas garantiram a “paz” na cidade. Apontando tanques de guerra para as favelas e criando verdadeiras barricadas urbanas para receber as delegações diplomáticas, a Eco-92, à revelia desta “operação de paz”, evidenciou que Rio de Janeiro deixava de ser, progressivamente, a “cidade maravilhosa”.

Todavia, desde a década de 90, o Rio de Janeiro assiste um processo de reestruturação urbana, que implica, particularmente, na “modernização” [ou enquadramento urbano-social à reprodução capitalista nos moldes internacionais], “reestilização” [com base no

city-marketing, onde a cidade é a própria mercadoria que deve ser re-fetichizada em moto-contínuo] e “reordenamento” [a ordem urbana, por vezes, é o estopim para o controle e segregação social, escondida sob vestes de “pacificação”]. Marcos Barreira (em “*Cidade Olímpica: sobre o nexa entre reestruturação urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro*”) demonstra que o *leitmotiv* deste movimento político-urbano é a luta por consolidar o Rio de Janeiro como um palco privilegiado de eventos internacionais; sob esta abordagem, Jogos Panamericanos (2007), Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016) são verdadeiros negócios urbanos, simbolicamente constituídos como investimentos em “esporte”, “saúde” e “lazer”, onde a militarização urbana submerge na cidade-espetáculo.

Não se sai ileso após percorrer as duras verdades contidas nas páginas de “*Até o Último Homem*”, pois sua leitura incomoda ao questionar a letargia e passividade perante o desmoronamento social que assistimos. Suas reflexões ultrapassam os vínculos teóricos da universidade, e interessa não somente aos especialistas preocupados com a violência endêmica de nossa sociedade ou as mutações da condição urbana do tempo presente; esta obra merece apreciação de todo aquele que suspeitar da cada “auto de resistência”, duvidar da índole dos comentaristas e apresentadores de jornais que insuflam o ódio contra o “*marginal sem pedigree*”, relativizar o sucesso de empreendimentos políticos concentrados geograficamente nas áreas mais ricas da cidade ou simplesmente acreditar que não se constrói a paz – seja em escala local, seja no âmbito regional, nacional ou mundial – com armas letais, gritos de opressão, imposturas militares e discursos de ódio.